



# Revista de Processo - RePro

## São Paulo, n. 258, ago. 2016

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Evidência e denúncia da lide no novo CPC brasileiro  
*Marcelo José Magalhães Bonizzi*
- ◆ Submissão e juristocracia  
*Georges Abboud*
- ◆ Lei 13.256/2016 e reforma do Código de Processo Civil de 2015: juízo de admissibilidade dos recursos  
*Gustavo Filipe Barbosa Garcia*
- ◆ Esecuzione e ricerca delle cose da pignorare in Brasile  
*Cassio Scarpinella Bueno*
- ◆ Coisa julgada sob perspectiva comparatística: o que o sistema norte-americano pode nos ensinar sobre a extensão dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada  
*Carolina Uzeda Libardoni*
- ◆ O reforço do dever de fundamentação das decisões como fator de legitimação da atividade judicial  
*Antonio Augusto Pires Brandão*
- ◆ Recursos extraordinário e especial repetitivos no CPC/2015: uso e interpretação de acordo com o modelo constitucional de processo  
*Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia, Paula Valério Henriques*
- ◆ O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a ratio decidendi sem rediscuti-la  
*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*
- ◆ O que ainda podemos aprender com a literatura sobre os princípios jurídicos e suas condições de aplicação?  
*Lenio Streck, Flávio Quinaud Pedron*
- ◆ Deliberação nas cortes superiores. julgamento per seriatim e per curiam. Importância da fixação da ratio decidendi. Delineamento de técnicas processuais de distinção – distinguishing. Exame de caso paradigmático julgado pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais  
*Cristiane Miranda Botelho, Regivano Fiorindo*

- ◆ A fungibilidade recursal excepcional: o problema da cumulação dos pedidos recursais  
*Vinicius Silva Lemos*
- ◆ A organização judiciária brasileira: entre modelos estrangeiros e particularidades  
*Gresiéli Taise Ficanha*
- ◆ A desconsideração de ofício da personalidade jurídica à luz do incidente processual trazido pelo novo Código de Processo Civil brasileiro  
*Heleno Ribeiro P. Nunes Filho*
- ◆ O direito fundamental à inafastabilidade do controle jurisdicional e sua densificação no novo CPC  
*Luis Alberto Reichelt*
- ◆ O novo Código de Processo Civil e as alterações não explícitas sobre a petição inicial  
*Guilherme César Pinheiro*
- ◆ O prospective overruling nas supremas cortes brasileiras: a possibilidade de modulação temporal dos efeitos das decisões revogadoras de precedentes consolidados à luz da dogmática jurídica moderna e do novo Código de Processo Civil – CPC/2015  
*Gláucio Maciel Gonçalves, Guilherme Bacelar Patrício de Assis*
- ◆ O novo marco legal da mediação no direito brasileiro  
*Fernanda Tartuce*
- ◆ Os honorários advocatícios sucumbênciais e o novo código de processo civil  
*Anderson Cortez Mendes, André Shinji Tokashiki, Emílio Frederico Perilo Kühl*
- ◆ A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do regimento interno do tribunal  
*Fredie Didier Jr., Sofia Temer*
- ◆ A relevância da negociação com princípios na discussão das cláusulas de convenção processual: aplicação concreta dos postulados da advocacia colaborativa  
*Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Tatiana Machado Alves*
- ◆ Precedentes no Código de Processo Civil de 2015: somos ainda civil law?  
*José Wellington Bezerra da Costa Neto*
- ◆ A parametrização do sistema de precedentes obrigatórios no CPC e a alteração legislativa promovida pela Lei 13.256/2016: uma análise do art. 1.030, I “a”  
*Victor Vasconcelos Miranda*
- ◆ As consequências materiais e processuais da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e o papel da defensoria pública na assistência jurídica das pessoas com deficiência  
*Diogo Esteves, Elisa Costa Cruz, Franklyn Roger Alves Silva*



# Revista de Processo - RePro

## São Paulo, n. 259, set. 2016

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Críticas à estabilização da tutela: a cognição exauriente como garantia de um processo justo  
*Guilherme Thofehr Lessa*
- ◆ Taxatividade do rol do art. 1.015, do ncp: mandado de segurança como sucedâneo do agravo de instrumento?  
*Pablo Freire Romão*
- ◆ Negociação direta ou resolução colaborativa de disputas (collaborative law): “mediação sem mediador”  
*Antonio do Passo Cabral, Leonardo Carneiro da Cunha*
- ◆ Sistema de precedentes ou meros filtros redutores de demandas repetitivas? angústias e desconfiças  
*Marcelo Abelha Rodrigues*
- ◆ Coisa julgada sobre questão, inclusive em benefício de terceiro  
*Luiz Guilherme Marinoni*
- ◆ Decisão sobre questões prejudiciais de mérito e direito fundamental à intangibilidade da coisa julgada material no novo Código de Processo Civil  
*Luis Alberto Reichelt*
- ◆ Processo civil e os modelos de investigação patrimonial na atividade executiva  
*Antônio Pereira Gaio Júnior, Thaís Miranda de Oliveira*
- ◆ O devido processo convencional: levando a sério os direitos humanos processuais  
*Ticiano Alves E Silva*
- ◆ Honorários advocatícios no novo CPC: as polêmicas quanto sua majoração em grau recursal  
*Luís Renato P. A. F. Avezum*
- ◆ Teoria da decisão judicial no Código de Processo Civil: uma ponte entre hermenêutica e analítica?  
*Hermes Zaneti Jr., Carlos Frederico Bastos Pereira*
- ◆ Tutela provisória no novo Código de Processo Civil  
*Francisco de Barros e Silva Neto*

- ◆ Embargos de divergência – direito societário  
*Carlos Roberto Barbosa Moreira*
- ◆ A prospectividade da alteração da jurisprudência como expressão do constitucionalismo garantista: uma análise expansiva do art. 927, § 3.º, do NCPC  
*Nestor Eduardo Araruna Santiago, Luciano Athayde Chaves*
- ◆ Desvendando uma incógnita: a tutela antecipada antecedente e sua estabilização no novo Código de Processo Civil  
*J. E. Carreira Alvim*
- ◆ O microsistema de formação de precedentes judiciais vinculantes previsto no novo CPC  
*Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Roberto De Aragão Ribeiro Rodrigues*
- ◆ O agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito  
*Vinicius Silva Lemos*
- ◆ Reconhecimento extrajudicial da usucapião e o novo código de processo civil  
*Guilherme Calmon Nogueira da Gama*
- ◆ Ações de saúde contra o poder público: ensaio de um roteiro decisório  
*Francisco Glauber Pessoa Alves*